

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL – UNINTER

**ELAINE PATRICIA DE OLIVEIRA
RU 1380460**

**A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E A DESCONSTRUÇÃO DE MITOS
ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.**

**CURITIBA - PARANÁ
2020**

ELAINE PATRICIA DE OLIVEIRA

**A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E A DESCONSTRUÇÃO DE MITOS
ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Me. Neiva Silvana Hack

CURITIBA - PARANÁ
2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Elaine Patricia de Oliveira - RU 1380460

A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E A DESCONSTRUÇÃO DE MITOS ACERCA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição (orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Profa. Me Neiva Silvana Hack, pela sabedoria, incentivo, dedicação e paciência com que me guiou nesta trajetória.

As minhas amigas de sala Kaomi Maltez e Mayara Frontek, que estiveram comigo desde o início da graduação, que me apoiaram em todos os momentos e que certamente tiveram grande contribuição para minha formação acadêmica.

À Profa. Adriane Buhner Baglioli Brun, pelo incentivo e dedicação.

À coordenação e equipe do "Projeto de extensão sobre população em situação de rua", que me proporcionaram grandes aprendizados durante o estágio obrigatório.

À minha irmã Daniele de Santana, que me incentivou a iniciar a graduação e me motivou durante a trajetória.

Gostaria de deixar registrado também, o meu reconhecimento exclusivamente à minha filha Athani Gabrielli, pois acredito que sem o seu apoio e sua compreensão seria muito difícil vencer esse desafio.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A motivação para a presente monografia se deu a partir da vivência em campo de estágio. Coloca em evidência o “Projeto de extensão sobre população em situação de rua”, trazendo elementos que ressaltam a importância deste projeto de extensão nos espaços acadêmicos, bem como a supervisão direta do Serviço Social em estágio, pois é a partir desses espaços que produções de iniciação científica se materializam e subsidiam embasamento para intervenção de outras profissões. Com isso, indagamos, “Como a pesquisa em Serviço Social pode ser usada para a desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua?” Elencado como o problema para a presente pesquisa, com a intenção de responder ao questionamento, temos o objetivo geral de “compreender o papel da pesquisa em Serviço Social na desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua”. Visando seguir metodologias capazes de realizar este trabalho, foi adotado um estudo documental e bibliográfico. No Capítulo I a discussão será sobre os meios de comunicação, o Serviço Social e a formação de opinião da sociedade a respeito da população em situação de rua, afim de aproximar o leitor para a temática compreendendo meios de comunicação, Serviço Social e pesquisa envolvendo a formação de opinião da sociedade a respeito da população em situação de rua. No Capítulo II a abordagem se trata da pesquisa na história do serviço social com o objetivo de que o leitor possa compreender o papel da pesquisa no Serviço Social ao longo da história da profissão. Já no Capítulo III o debate foi construído a partir da experiência de estágio evidenciando as contribuições para formação acadêmica e com o fortalecimento da profissão. A análise permitiu a compreensão de que estagiar na extensão denota que ao produzir pesquisas científicas, o profissional exercita a instrumentalidade através das dimensões teórico metodológica, ético - política e técnico operativa, com isso o compromisso profissional consigo, com a sociedade e com a profissão. (GUERRA, 2000).

Palavras-chave: Pesquisa. Projeto de extensão. Serviço Social.

ABSTRACT

The motivation for the present monograph came from the experience in the internship field. It highlights the "Extension project on the homeless population", bringing elements that emphasize the importance of this extension project in academic spaces, as well as the direct supervision of Social Work in internship, as it is from these spaces that productions of scientific initiation materialize and subsidize the basis for intervention by other professions, so we asked, "How can research in Social Work be used to deconstruct myths about the homeless population?" Listed as the problem for the present research, with the intention of answering the question, we have the general objective of "understanding the role of research in Social Work in deconstructing myths about the homeless population." Aiming at following methodologies capable of carrying out in this work, a documentary and bibliographic study was adopted. In Chapter I the discussion will be about the media, Social Work and the formation of society's opinion about the homeless population, in order to bring the reader closer to the theme comprising media, Social Work and research involving the formation of society's opinion about the homeless population. In Chapter II the approach deals with research in the history of social work with the aim that the reader can understand the role research in Social Work throughout the history of the profession. In Chapter III, the debate was built on the experience of internship o contributions to academic training and the strengthening of the profession. The analysis allowed the comprehension that internship in the extension denotes that when producing scientific research, the professional exercises instrumentality through the theoretical methodological, ethical - political and technical operative dimensions, with that the professional commitment with himself, with the society and with the profession. (War, 2000).

Keywords: Research. Extension project. Social service.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA, “RUA APRENDENDO A CONTAR”	22
QUADRO 2 - EXEMPLOS DE AÇÕES E RESULTADOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EXTENSÃO. 2018-2019	41
FIGURA 1 - CARTAZ 01 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?.....	43
FIGURA 2 - CARTAZ 02 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?.....	45
FIGURA 3 - CARTAZ 03 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?.....	46
FIGURA 4 - CARTAZ 04 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?.....	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, O SERVIÇO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE OPINIÃO DA SOCIEDADE A RESPEITO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	14
3. A PESQUISA NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL, COMO UM MECANISMO PARA O ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO.....	27
4. A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “SUBSÍDIOS ACADÊMICOS PARA A REDE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA” ...	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXO I.....	57
ANEXO II.....	58
ANEXO III.....	59
ANEXO IV	60

1. INTRODUÇÃO

Tendo como norte a trajetória do Serviço Social em relação à pesquisa, ensino e extensão, a profissão vem conquistando reconhecimento nos seus processos de trabalho, abrangendo novos espaços sócio ocupacionais, em instituições de ensino superior e frente a projetos de extensão, seja na perspectiva da docência, na supervisão de estágio como na coordenação de pesquisas. Possibilitando, aos atores envolvidos o desenvolvimento para a prática de pesquisas científicas e a compreensão do papel do ensino, da pesquisa e da extensão.

Diante deste cenário, a partir da experiência vivida no “Projeto de Extensão Acadêmica Uninter Subsídios para qualificação da rede que dá atendimento à População de Rua”, configurado como campo de estágio, foram produzidos por estagiários, docentes/supervisores de campo e pesquisadores, trabalhos de aproximação científicas. Em todas as produções, o tema esteve relacionado a população em situação de rua em diversas perspectivas.

Neste trabalho de conclusão de curso, alguns artigos produzidos pelo projeto de extensão foram selecionados para provocar questionamentos. Desta forma, surgiu então, a motivação para a presente monografia, tendo como objeto de pesquisa o tema: A pesquisa em Serviço Social e a desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua.

Esse tema não foi escolhido de forma aleatória, se trata também de colocar em evidência o “Projeto de extensão sobre população em situação de rua”, como será citado no decorrer dos capítulos, e demonstrar que as ações de iniciação científica e as produções acadêmicas desenvolvidas neste espaço, foram significativas para contribuição do processo de formação dos estagiários, como também para a comunidade acadêmica, redes de atendimento à população em situação de rua e para a própria população em situação de rua.

Diante dessa contextualização, elaboramos o seguinte problema para a pesquisa: Como a pesquisa em Serviço Social pode ser usada para a desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua? Com a intenção de responder a presente pergunta, elencamos o objetivo geral de “compreender o papel da pesquisa em Serviço Social na desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua”.

Durante o período de estágio obrigatório supervisionado, que teve seu início

em 04 de junho de 2018 até o presente momento, foi possível compreender que a pesquisa é fundamental para o profissional de Serviço Social. O processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, pode ser associado com a perspectiva dos Projetos Societários, Projetos Profissionais e o Projeto Ético Político do Serviço Social. (NETTO, 2017)

Com isso, a partir da vivência no estágio dentro de uma instituição de ensino superior, foi possível compreender a distinção da atuação do supervisor Assistente Social na docência e frente a coordenação de um projeto de extensão. Se trata do fazer profissional vinculado à docência, à pesquisa e à gestão de projetos, em acordo com as atribuições e competências previstas na Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Serviço Social, bem como com o Código de Ética da profissão. O aluno/estagiário, estagiando em uma instituição de ensino que tenha em sua organização supervisores de campo que são professores, não pode negar que a extensão é um espaço privilegiado para contribuição da formação acadêmica.

A partir do exposto, a pesquisa e o ensino em Serviço Social também são parte do conjunto de atribuições privativas do Assistente Social e podem ser consultadas conforme Art. 5º da Lei nº 8.662/1993. Do texto deste artigo, evidenciamos: constituem atribuições privativas do Assistente Social como por exemplo: “I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. ” (BRASIL, 1993, p. 47)

Deste modo, no “Projeto de extensão sobre população em situação de rua”, as pesquisas supervisionadas produziram um resultado similar, nas mais diversas frentes e formas de estudo: todas obtiveram material limitante sobre a população em situação de rua. Tal evidência pode resultar em uma reflexão para categoria de Serviço Social pela busca de contribuir profissionalmente com esta demanda através da pesquisa, gerando subsídios para rede de atendimento à população em situação de rua.

Com isso, a presente pesquisa pretende demonstrar que o profissional em Serviço Social, a partir de suas produções científicas pode contribuir de forma significativa na desconstrução de mitos acerca da realidade. Nesta monografia trataremos mais especificamente do “fenômeno” população em situação de rua, frente a perspectiva de que a sociedade desenvolve seus conceitos a respeito desta parcela da sociedade a partir dos meios de comunicação.

Ao produzir pesquisas científicas, o profissional exercita a instrumentalidade

através das dimensões teórico metodológica, ético - política e técnico operativa, com o compromisso profissional consigo, com a sociedade e com a profissão. Com isso, o tema desta monografia, pouco explorado, mas que requer a atenção do Serviço Social, bem como de outras áreas e da sociedade. (GUERRA, 2000).

A partir disso, levantamos então, as seguintes questões norteadoras que contribuem na reflexão sobre o problema de pesquisa anteriormente apresentado “Quais os meios de comunicação, disseminam mitos a respeito da população em situação de rua na sociedade contemporânea?”; “De que forma a pesquisa em Serviço Social se desenvolveu ao longo da formação sócio histórica da profissão?” ; “Há produções de pesquisa pelo Serviço Social com a temática população em situação de rua?”; “Quais contribuições a extensão, como campo de estágio, pôde proporcionar para formação acadêmica e com o fortalecimento da profissão?”.

Foram, então, delimitados os seguintes objetivos específicos: “Elencar exemplos de meios de comunicação que disseminam mitos a respeito da população em situação de rua na sociedade contemporânea”; “Compreender o papel da pesquisa no Serviço Social ao longo de sua história”; “Levantar o que já foi produzido em pesquisa pelo Serviço Social com o tema população em situação de rua” e “Identificar contribuições que a extensão como campo de estágio pôde proporcionar para formação acadêmica e para o fortalecimento da profissão”.

Visando seguir metodologias capazes de realizar esta monografia, foi adotado um estudo documental e bibliográfico, quanto aos procedimentos. Na explicação de (FONSECA 2002 apud. GERHARDT; SILVEIRA 2009, p. 37), “A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias...” esse estudo será identificado aos longos dos capítulos.

Ainda na perspectiva de Fonseca, no que diz respeito a pesquisa bibliográfica: “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. (FONSECA, 2002, p. 32 apud. GERHARDT; SILVEIRA 2009, p. 37) A escolha por estes estudos atenderam às perspectivas deste trabalho.

Quanto ao alcance dos objetivos, foi realizada uma pesquisa exploratória, com subsídio dos trabalhos que foram realizados no projeto de extensão acadêmica Uninter. A pesquisa no Serviço Social se tornou o objeto deste estudo, de modo que,

para atender aos objetivos, foi necessário elencar os desdobramentos para percurso da construção da pesquisa de modo geral, como foi mencionado nos objetivos específicos.

No que se refere a pesquisa exploratória, (GIL, 2007, apud. GERHARDT; SILVEIRA 2009, p. 35) nos explica elementos que nos deram condições para melhor compreensão: “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico [...].”

Deste modo, ressaltamos a importância do projeto de extensão nos espaços acadêmicos, bem como a supervisão direta do Serviço Social em estágio, pois é a partir desses espaços que produções de iniciação científica se materializam e subsidiam embasamento para outras profissões e intervenções profissionais.

Esta monografia se classifica em conformidade com a linha de pesquisa do Curso de Bacharelado em Serviço Social: “I. Formação, práticas e identidade profissional”, e os elementos que compõem sua ementa: “questão social e trabalho; ética e trabalho profissional; formação profissional e espaços sócio ocupacionais; gestão de serviços e práticas profissionais”.

Sendo assim, no Capítulo I a discussão será sobre os meios de comunicação, o serviço social e a formação de opinião da sociedade a respeito da população em situação de rua. Possibilitará, contextualizar com o leitor, os diversos meios de comunicação, a relação das mídias com o Serviço Social e como estes profissionais podem fazer uso de suas atribuições para desmistificar (pré) conceitos a respeito da população em situação de rua, bem como alguns desdobramentos da sociedade na reprodução das informações que recebem.

No Capítulo II, abordaremos sobre a pesquisa na história do serviço social com o objetivo de que o leitor possa compreender o papel da pesquisa no Serviço Social ao longo da história da profissão. É feito um recorte chamando a atenção para a importância da área da pesquisa e desta como enfrentamento à desinformação.

No Capítulo III, será apresentada a experiência do projeto de extensão “Subsídios acadêmicos para a rede de atendimento à população em situação de rua”. Neste capítulo será abordado sobre as contribuições que este espaço pôde proporcionar para formação acadêmica e com o fortalecimento da profissão, alguns resultados de pesquisas de iniciação científica feitas pela equipe de estágio entre

outras ações que evidenciaram a profundidade dos estudos, pesquisas e ações junto à comunidade acadêmica.

O trabalho termina com a apresentação das considerações finais.

2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, O SERVIÇO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE OPINIÃO DA SOCIEDADE A RESPEITO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este capítulo tratará de abordar a relação das mídias com o Serviço Social e como estes profissionais podem fazer uso de suas atribuições para desmistificar (pré) conceitos a respeito da população em situação de rua. Para tanto, iniciamos com uma aproximação sobre meios de comunicação.

Ao explorarmos referenciais bibliográficos sobre a temática de meios de comunicação, se optou pela obra “Liberdade de expressão x Liberdade da imprensa”, escrita no ano de 2012 e utilizamos como exemplo para aproximação deste debate.

No campo das comunicações, o autor Lima apresenta Thomas Paine (1737-1809), cidadão inglês, como uma referência em relação a liberdade de imprensa. Desta forma, ele nos guia a partir da seguinte reflexão:

Um homem não demanda liberdade antecipadamente para falar algo que ele tem a dizer, mas ele se torna responsável depois pelas atrocidades que ele pode ter dito. Da mesma forma, se um homem faz a imprensa dizer coisas atroz, ele se torna tão responsável por elas como se ele as tivesse dito pela boca. (LIMA, 2012, p. 49)

Diante do trecho acima, o termo liberdade traz consigo a responsabilidade do que se expõe. Se deve ter controle ao opinar ao decretar/avaliar sobre determinado assunto. Compreendemos então, a responsabilidade da imprensa, e chamamos a atenção para o impacto que uma notícia pode causar, gerando resultados inesperados ou estrategicamente partindo de cada intencionalidade.

A partir disso, no campo dos meios de comunicação, o Serviço Social compreende a importância de explorar por conhecimentos de outras áreas, sendo necessário articular com outras especificidades, como as ciências sociais, ciências políticas, comunicação, jornalismo e a sociologia. Figueiredo (2011, p. 324) afirma: “A comunicação é, sem dúvida, uma das importantes características da modernidade e vem evoluindo em estreita relação dialética, e não mecânica, com as relações sociais. É, portanto, um objeto em constante transformação.”

Desta forma, na busca por embasamentos que auxiliem a se aproximar do conhecimento, sobre os diversos meios de comunicação na sociedade e suas facetas, compreendemos a partir do que os autores nos trazem, Figueiredo (2011 p. 153) “A

face mais visível da comunicação especializada - jornalismo, publicidade e relações públicas - vem sofrendo mudanças todo o tempo. São profissões dinâmicas”, entendemos então que, ao Serviço Social se agrega novos conceitos, ocupações e novos desafios na medida em que a sociedade se transforma e conseqüentemente se reinventa.

Com isso, conhecer o cenário e em que contexto os meios de comunicação se desvelam é de suma importância, elencando num primeiro momento a imprensa. Vale ressaltar que, conforme Lima (2012, p. 52), “a grande imprensa está concentrada nas mãos de uns poucos grupos empresariais, quais as conseqüências desse quadro para a universalização da opinião do povo, da pluralidade de fontes e da diversidade de conteúdo”. Os exemplos usados pelo autor são baseados na história dos Estados Unidos, mas cabe para o Brasil em dias atuais.

É uma triste verdade que a supressão da imprensa não poderia privar mais completamente a nação de seus benefícios do que se prostituírem os jornais, entregando - se à publicação de mentiras. Não se pode agora acreditar no que se vê num jornal. A própria verdade torna - se suspeita se é colocada nesse veículo poluído. A verdadeira extensão deste estado de falsas informações é somente conhecida daqueles que estão em posição de confrontar os fatos que conhecem com as mentiras do dia. (JEFFERSON, 1807 apud LIMA, 2012, p. 53).

Deste modo, no trecho acima se percebe que, trazendo para a atualidade, o contexto se encaixa perfeitamente ao que vivemos diante dos meios de comunicação. No governo Lula (2003) foi criado, no Ministério das comunicações, uma Secretaria das Telecomunicações e o papel da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), embora tenha sido questionado, além de outras medidas, a verdade é que, “Sob pressão de organismos internacionais e grupos econômicos poderosos, não houve mudança significativa que aponte para uma democratização dos meios de comunicação.” (FIGUEIREDO, 2011, p. 326)

Diante desta questão da democratização, este trabalho de conclusão de curso, frente a temática, se entende que é de suma responsabilidade que os Assistentes Sociais possam compreender a relação desta profissão com os meios de comunicação e que esta classe trabalhadora se atenha aos princípios fundamentais vigentes da profissão, como os descritos abaixo:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania,

considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças [...] (BRASIL 1993)

A partir destes princípios, fazendo um recorte entre as diversas demandas de usuários que o Serviço Social atende, a população em situação de rua certamente será uma das expressões da questão social¹ que requer pelo trabalho do Assistente Social. Isso, independente da política social em que o profissional atua, pois se tratam de cidadãos de direitos, cujos acessos às políticas públicas podem ser viabilizados por este profissional. Nesta conjuntura, o Assistente Social demanda por informações qualificadas, sustentadas em estudos científicos e que subsidiem sua atuação de forma que sejam superados conceitos e preconceitos construídos pelo senso comum, bem como práticas conservadoras e que possam mesmo se caracterizar como discriminatórias.

Fica evidenciada a necessidade de profissionais que se dediquem à produção e socialização do conhecimento científico, contribuindo com toda a categoria. Se reforça ainda a demanda pela atitude investigativa do profissional Assistente Social. De modo que, para o Serviço Social “O ofício da pesquisa é importante no e para o trabalho profissional implicando, pois, numa formação de profissionais com a capacidade de empreender uma leitura-análise situada no tempo e no espaço da realidade em movimento e da própria profissão nela inserida”. (NICOLAU E SANTOS 2016 p. 383)

Frente a esta questão se coloca como essencial o trabalho de um profissional com ética como princípio formativo que perpassa pelas atividades de pesquisa e de intervenção e conseqüentemente na publicização de seus resultados, reiterando o compromisso na defesa dos direitos humanos, da democracia, da igualdade e justiça social.

Referente a atuação do Serviço Social, é importante exemplificar algumas

¹“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO, CARVALHO 2014 p. 84)

atribuições privativas que podem envolver a publicização de conteúdo:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo" (ou seja, relacionadas ao âmbito de atuação do Serviço Social); X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social. (BRASIL, 1993).

Assim, através de pesquisas de campo por exemplo, para uma dada aproximação da realidade, em sua materialização dos dados colhidos, ao publicizar as informações o profissional deve buscar elementos dialogando com suas atribuições, para construção de possibilidades de forma qualificada. Nessa concepção, Figueiredo (2011) afirmam que, identificam a “mobilização social² como alternativa, uma vez que, quando os usuários indicam o “boca - a - boca” como melhor meio de comunicação, o pontapé inicial, desta forma partiu de um profissional, o Assistente Social no exercício de suas atribuições”.

Por meio de som e imagem este profissional se comunica com os usuários e a linguagem é fundamental para disseminar as informações, para a promoção dos direitos destes cidadãos. Deste modo, o Assistente Social tem o dever de tomar precauções para não desenvolver seu trabalho de maneira que vá contra ao que está estabelecido pelo Código de Ética e pela Lei que regulamenta a profissão - Lei 8.662/1993. E ainda, se ater que antes da regulamentação da profissão, há a Constituição Federal de 1988, que se abre com a declaração solene de que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988)

²“A palavra mobilização tem origem no latim mobile, que quer dizer móbil, móvel, caracterizado por extrema fluidez. Movere é compreendido como emoção, na perspectiva de comover - se. Embora seja um conceito em construção, há um consenso na literatura de que mobilização social é o ato de se movimentar, sendo que esta raiz nos afirma que só mexendo nos sentimentos é que realmente conseguimos envolver pessoas.” (FIGUEIREDO, 2011, p. 336)

Portanto, é dever do Estado proporcionar políticas públicas que dê condições do povo exercer os seus direitos. Porém o povo brasileiro, conforme Lima (2012, p. 11) “tem sido regularmente impedido de exercer o poder soberano. De um lado, por falta de adequada informação sobre as questões de interesse público; de outro, pela impossibilidade em que se encontra o conjunto dos cidadãos de manifestar publicamente suas opiniões ou protestos.” Mais uma vez, o Assistente Social tem aqui uma possibilidade de viabilizar os direitos da população em situação de rua, estando frente aos movimentos sociais e terceiro setor, por se tratar de uma profissão investigativa e interventiva.

No entanto, é preciso compreender que há decisões que são tomadas apenas pelo governo,

As propriedades de governo devem ser esclarecidas por quem recebeu a tarefa da representação. Então, é preciso distinguir o que vem a ser uma comunicação de governo e uma comunicação pública. É necessário, também, compreender o lugar do Assistente Social, ainda que responda pelo gerenciamento de um determinado setor. (FIGUEIREDO, 2011, p. 329)

O Serviço Social, ocupa espaço nesses meios, estando inserido em conselhos, conferências que são espaços de representatividade social. Os diversos meios de comunicação com a comunidade, com a população, se tornam um desafio para esta profissão, diante das tecnologias, portanto, se entende que a profissão se movimenta, assim como novas tendências de comunicação.

Outro ponto importante é sobre as práticas comunicativas, em instituições públicas e privadas, por se tratar de espaços em que o profissional de Serviço Social está inserido em seus processos de trabalho, pois este, pode estar à frente de elaboração de projetos, campanhas entre outros. Nestes espaços atuará com outros profissionais e, assim, a partir das especificidades do Serviço Social, poderá contribuir para que a comunicação não viole os direitos dos usuários. Reis nos diz que:

A comunicação contemporânea, seja de instituições públicas ou privadas, ocorre fortemente apoiada nos conceitos de mecanismos de participação, de cidadania ativa e de “empoderamento” do consumidor. Na dimensão das instituições privadas, a comunicação de marketing, ou seja, aquela voltada para produtos e serviços com ênfase em geração de negócios, demanda a articulação com questões e exigências sociais. Deve-se prestar contas sobre processos de produção, dar visibilidade às ações de gestão de impactos, definir canais de comunicação para o pós-venda, criar mecanismos de relacionamento com as cadeias de fornecedores e acompanhar as dinâmicas comunicacionais de consumidores e formadores de opinião nas redes sociais. [...]. Há que se incluir aqui os grupos sociais organizados, que representem, de forma permanente ou temporária, seus interesses nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Na dimensão das instituições públicas não-estatais, ou terceiro setor, a

prevalência da comunicação institucional ocorre naturalmente por conta de seu modelo e espaço de atuação. Cabe a essa dimensão comunicacional estimular o exercício da cidadania, dar acesso a informação e educação sobre questões públicas e estimular a mobilização e participação dos grupos sociais organizados.

Por fim, é na dimensão das instituições públicas estatais que a prática comunicativa, como mecanismo de exercício de cidadania, acesso à informação, democratização e participação dos processos de problematização e de decisão sobre as políticas públicas se torna prioritária para a implementação do estado democrático de direito. (REIS, 2011 p. 11,12)

A temática em comunicação é muito abrangente e compreende diferentes âmbitos de expressão e atenção. Deste modo, abordaremos um outro exemplo de meios de comunicação, aqueles que se desenvolvem em ambientes “*on-line*” e, a esse respeito, abordaremos a questão da circulação das *fake news*. No artigo publicado em 2017: “*Fake news* nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques.” Temos um novo veículo de comunicação. Por que ressaltar o meio “*on-line*”? Por se tratar de um meio em que a sociedade hoje têm acesso facilitado, em seus celulares, *tablets*, computadores, mesmo não sendo gratuito e universal, é uma alternativa de consultas às notícias.

Mas, quando se trata de *fake news* alguns autores como Delmazo e Valente, (Allcott e Gentzkow, 2017 apud. Delmazo e Valente, 2018, p. 4) “defendem este fenômeno como “artigos noticiosos que são intencionalmente falsos e aptos a serem verificados como tal, e que podem enganar os leitores”. ”Deste modo, vamos exemplificar através de um comparativo entre o artigo presente ora citado e o artigo “Reportagens sobre a População em Situação de Rua em Curitiba: o que a sociedade vê” (LEITE et al, 2019), escrito por professores e alunos do Serviço Social.

A preocupação com a visibilidade se dá também porque não é comum a divulgação a respeito da população em situação de rua, (LEITE et al, 2019) “A invisibilidade social da população em situação de rua não é apenas um problema social existente nas ruas de Curitiba. A ausência de pesquisas e estudos sobre esta população também a torna invisível cientificamente.” Diante desta afirmativa, temos uma contradição no que diz respeito à invisibilidade, embora o objetivo desse trecho no artigo seja a respeito de produções científicas e ausência de políticas públicas, dando destaque para a política de assistência, é notório que a população em situação de rua tem crescido a olhos nus.

Por tanto, a indivisibilidade aqui exposta se trata da falta de efetividade de políticas públicas. Na análise das reportagens em 2018 para desenvolvimento deste

artigo, foi identificado relatos que descreviam a fala da população, comerciantes, jornalistas, representantes políticos e comerciais, sobre a população em situação de rua proliferar, ter acúmulo desta população, preconceito, discriminação, criminalização, relatos de insegurança, textos redigidos com termos pejorativos que divulgados nas mídias “on-line”, onde foi realizado a pesquisa, tem um alcance inimaginável e um impacto de reprodução destes conceitos.

No Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009 – Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Antes do art. 9º ter sido revogado pelo Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019³, o comitê era composto por representantes dos ministérios de todas as políticas sociais, a alteração gera ainda mais fragilidade para a visibilidade dessa população. A preocupação com a visibilidade se dá também porque não é comum a divulgação de campanhas, com caráter de sensibilização a respeito da população em situação de rua. Seja ela nos meios de comunicação impressa ou “on-line”, o fenômeno existe, porém se torna invisível. A sociedade em contrapartida, acaba por desenvolver um estereótipo do que é pessoa em situação de rua, gerando preconceitos que discriminam, enquanto outros vêm com caráter de solidariedade e propiciam ajuda para questões básicas, como comida e roupas, a partir de notícias que muitas vezes não descrevem uma realidade concreta.

Na contemporaneidade, um exemplo de notícias falsas que circularam amplamente no ambiente online, é o *Facebook*. O artigo “*Fake news* nas redes sociais on-line: propagação e reações à desinformação em busca de cliques.” Delmazo e Valente abordam com o seguinte exemplo,

No Brasil, fenômeno parecido ocorreu na semana que antecedeu a votação da abertura do processo de Impeachment da então presidenta Dilma Rousseff: três das cinco notícias mais compartilhadas no *Facebook* eram falsas, de acordo com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), que investigou o desempenho de 8.290 reportagens, publicadas por 117 jornais, revistas, sites e blogs noticiosos entre 12 a 16 de abril de 2016. (LAVARDA, SANCHOTENE & SILVEIRA, 2016, p.1 apud. DELMAZO E VALENTE, 2018 p. 6)

³Art. 6º A Secretaria-Executiva do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será exercida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos. Fica revogado o art. 9º ao art. 14 do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

Temos então, de um lado a falta de informação que gera o compartilhamento de notícias que por vezes não são precisas acerca do que caracteriza uma dada realidade e de outro lado, quando se trata de um assunto polêmico, também gera o compartilhamento e disseminação de notícias que por vezes não tem veracidade. Para Delmazo e Valente (p. 13, 2018) “A disseminação das redes sociais online e a cultura de partilha abrem margem para que a desinformação atinja um novo patamar”. Esse problema, da disseminação de notícias falsas ganhou visibilidade pela capacidade de influenciar os sistemas políticos, especialmente processos eleitorais, e acentuar a polarização política.

Chamamos a atenção mais uma vez para a importância do Estado, na efetivação de programas e projetos que tenham o viés de filtrar a veracidade daquilo que é compartilhado, através dos veículos de comunicação, investindo no campo da educação e pesquisas científicas.

Diante de tanta informação propagada pelos meios de comunicação, se entende a necessidade de acesso a dados fidedignos e análises capazes de ampliar o conhecimento e enfrentar os preconceitos. Desta forma, se entende a pesquisa como um recurso para atender a tal demanda.

Em se tratando de pesquisa, foi feito um levantamento de alguns dados a respeito da população em situação de rua, em destaque a pesquisa “Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua”, publicada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2009.

Os dados demonstrados neste capítulo contribuem para desconstruir mitos que a sociedade venha a ter sobre a população em situação de rua, construídos com base no senso comum e reforçados pelos meios de comunicação predominantes. Esta foi aplicada em 71 cidades, com a identificação de 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua, tendo Curitiba o número de 2.776. (BRASIL, 2009b)

O quadro 01, apresenta uma síntese de resultados desta pesquisa:

QUADRO 1 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA, “RUA APRENENDO A CONTAR”.

<p>Perfil dos entrevistados: Características sociodemográficas e econômicas:</p>	82% homens e em geral, jovens.	39,1% se declaram pardos;	63,5% não concluiu o 1º grau; 17,1% não sabem ler nem escrever; 8,3% apenas assinam o próprio nome; 95% não estudam atualmente; 3,8% fazem algum tipo de curso e 0,7% têm ensino superior completo
<p>Motivos:</p>	35,5% alcoolismo/ drogas;	29,8% desemprego;	29,1%; desavenças em casa/família; destes, 71,3% citaram pelo menos um destes três motivos.
<p>Permanência nas ruas:</p>	48,4% está há mais de 2 anos na rua; 30% dorme na rua há mais de 5 anos; 1,3% desde que nasceu;	44,3% pela falta de liberdade nos albergues; 27,1% horários de entrada e saída; 21,4% proibição de uso de álcool e drogas, sendo 20,7% apontaram dificuldade em conseguir vaga nos albergues;	69,3% apontaram a violência como motivo principal de não preferirem dormir na rua e 45,2% pelo desconforto.
<p>Vínculo Familiar:</p>	90,9% não toma conta de criança/ adolescente na rua; 7,1% toma conta; mulheres 20,0% em relação aos homens que 4,03% toma conta de criança/ adolescente;	51,9% tem parente na cidade; 38,9% não mantém contato; 14,5% mantém contato em períodos espaçados; 34,3% tem contato mais frequente até diário;	39,2% consideram bom o relacionamento com parentes; 29,3% consideram ruim ou péssimo 95% dos entrevistados tem parentes na mesma cidade.
<p>Trabalho e renda</p>	70,9% exercem atividade remunerada; 58,6% afirmam ter uma profissão	15,7% pedem dinheiro	1,9% economia informal e com carteira assinada; 47,7% nunca trabalhou com carteira assinada.

Discriminação sofrida:	18,4% impedido de receber atendimento na rede de saúde; 29,08% entrar em transporte coletivo;	31,3% shopping center; 31,8% outros estabelecimentos comerciais;	13,9% órgãos públicos; 26,7% em bancos; 13,9% tirar documentos.
------------------------	---	--	---

Fonte: A autora, 2020, adaptado de Brasil, 2009.

Diante de resultados de pesquisa como a supracitada, o Serviço Social pode criar alternativas que compreendam os mais diversos meios de comunicação, a fim de sensibilizar a população de que somente ajuda não mudará essa realidade, bem como há muitos preconceitos a serem vencidos. É preciso que se tenha políticas públicas efetivas, e que sejam ampliadas as estratégias de transparência e visibilidade aos fatos.

Outro exemplo de pesquisa que evidencia a contradição entre os fatos e as informações obtidas nos meios de comunicação está disponível no artigo “Reportagens sobre a População em Situação de Rua em Curitiba: o que a sociedade vê”⁴ (LEITE et al, 2019).

Foi realizada uma pesquisa exploratória, com levantamento de matérias presentes nos jornais online, de amplo acesso via internet. Foram delimitados os anos de 2015 a 2018 e a cidade de Curitiba. Desta forma, foram selecionadas 35 reportagens para análise. As notícias foram separadas em grupos: serviços e políticas públicas; comércio e turismo; solidariedade; movimento social; violência; e mortes por frio. (LEITE et al, 2019).

Referente aos dados levantados nos meios de comunicação online (LEITE et al, 2019), foi identificado que, para além de uma ineficácia das políticas públicas, ainda há um estímulo da mídia em culpabilizar o sujeito que faz da rua a sua vivência. Deste modo, é significativo evidenciar, nesta discussão, o papel que a mídia exerce. E a população que recebe tais conteúdos, por ter cada vez mais acesso a esses canais, pode reproduzir o preconceito, conservadorismo, práticas de cunho apenas pontuais como o assistencialismo, que implicam em não mudar uma realidade.

Neste cenário das ruas, a questão da violência se evidencia e dados que a mídia não mostra também são respostas. No que se refere à segurança pública, se percebe a ausência desta política na proteção da população em situação de rua, atuando quando as violências já ocorreram. Os registros encontrados nos noticiários

⁴<https://www.even3.com.br/anais/uninterenfoc2018/134844-reportagens-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-em-curitiba--o-que-a-sociedade-ve/>

apresentavam que quando ocorriam casos de violência por agressão/morte, essas ocorriam em conflitos entre as próprias pessoas que viviam nas ruas ou eram sofridas por pessoas em situação de rua, tendo como agressores pessoas que não se encontravam nesta situação. Não apareceu, em nenhuma das notícias, o inverso, em que pessoas em situação de rua foram autoras de graves agressões ou homicídio contra pessoas que não estavam nesta condição.

A população cria então um estereótipo do perfil de quem vive nas ruas, fomentando a segregação e reforçando a desigualdade social, desta forma temos a seguinte reflexão a respeito da mídia e sociedade:

A mídia se apresenta à sociedade enquanto um simulacro de poder, tendo como mediação entre cotidiano e sujeitos sociais, a linguagem codificada na opinião pública, de fácil acesso à população. Esta linguagem serve de manutenção da banalização da vida, quando rechaçada pela concentração de renda, que interfere diretamente no mundo do trabalho e, portanto, na condição dos sujeitos na sociedade capitalista. Expulso desta dinâmica, lhe resta a desconfiguração de sua ontologia em meio ao exército industrial de reserva. (CHAUI, 2006 apud LEITE et al, 2019, p. 10)

Diante do exposto, há um vasto campo a se adentrar quando se refere a meios de comunicação, outro meio de fácil acesso é o televisivo. Para nos orientar a tratar desta mídia se optou pelo autor *Ciro Marcondes Filho*, doutor em Comunicação, jornalista e sociólogo. Marcondes Filho traz em uma de suas obras um fator importante para compreendermos atualmente as relações de forças envolvidas neste cenário.

O autor aponta que famílias que obtêm maior renda, via de regra, assistem, a menos séries de televisão do que as famílias de menor renda. “A relação pode ser observada também em nível educacional: quanto mais alto o nível escolar atingido pelo chefe da casa, menor é o índice médio de audiência de televisão.” Ou seja, a cultura educacional tem um impacto direto na formação de opinião da sociedade. (FILHO, 1948, p. 82)

Quanto ao papel da mídia em relação a sociedade, indagamos, a mídia comunica parte do que a sociedade demanda ou há uma manipulação dos meios de comunicação para construção de ideologias na sociedade?

Há um grande mito, popularmente disseminado, de que os meios de comunicação em especial a TV, formam a opinião pública. Na verdade, porém, sua atuação não é tão decisiva. É preciso considerar a força de outros mecanismos que, embora mais discretos, são muito mais poderosos do que os meios de comunicação. Segundo *Dieter Prokop*, se trata dos posicionamentos e opiniões profundamente arraigados que se formam naturalmente, sem a influência dos meios de comunicação, ao longo da

história de cada um. (FILHO, 1948, p. 89)

Deste modo, esse fator individual que corresponde a história de vida das pessoas se torna aquilo que estes receptores buscam e esperam dos meios de comunicação, e não permitem tão facilmente que seja imposto uma maneira de ser ou de pensar. Por outro lado, Filho (p. 89, 1948) explica que “Não é difícil, entretanto, manipular, visto que se pode jogar com as deficiências informativas do público e confundi – ló a ciladas lógicas e argumentativas, se considerarmos que manipular é forjar cifras, falsear resultados”. Neste mesmo ensejo, se enquadra também a sonegação de dados, fazer recortes de informação de maneira estratégica de acordo com o objetivo que se pretende alcançar.

No coletivo, manipular envolveria o maior número de pessoas, classes manipulando outras classes. No plano social, o autor nos explica:

A manipulação, pode ser feita por complexos sistemas que legitimam qualquer visão deturpadora, sistemas instituídos que, pela sua própria forma social, emanam uma aparência de verdade: são os meios de comunicação, os livros de divulgação científica, a ciência, as conferências e palestras. Diante desses mecanismos, os não familiarizados com o assunto, os iniciantes, os desinformados, podem ser facilmente manipulados. (FILHO, 1948, p. 90)

Sendo assim, quando existe desconhecimento, desinformação, há ausência de crítica que gera incapacidade de contra - argumentar, de questionar. Um receptor bem informado terá condições através de dados, estudos, avaliar qualquer tentativa de informações forjadas. Há uma vastidão de meios de comunicação como: televisão, rádios, fotografias, os jornais, séries, cinematográfica, as músicas, livros, artigos, revistas, símbolos, códigos, os signos, documentários, vídeos – clip, mídias digitais como *facebook*, *instagram*, *twitter* e o próprio *whatsapp* que tem capacidade de propagar informações em massa.

Diante dessa “enxurrada” de informações, no âmbito do Serviço Social, no que tange o campo da comunicação, o profissional deve trabalhar as diversas linguagens para se comunicar com os usuários, inclusive com a população em situação de rua que por vezes, não tem conhecimento dos seus direitos e acabam por serem segregados numa sociedade desigual. A fim de promover a transparência, a veracidade das informações, de forma que venha a contribuir para a emancipação, a autonomia com responsabilidade e a viabilização de direitos.

No que se refere à intervenção relacionada à população em situação de rua, o

Serviço Social, como uma profissão que trabalha para viabilizar os direitos do cidadão, tem, então, grande oportunidade de contribuir para minimizar a desigualdade social, preconceitos, práticas profissionais de cunho conservador, tendo como sustentação a pesquisa. Pode subsidiar a criação de políticas públicas e assessorar, seja no âmbito público ou privado, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e outros coletivos, e, demonstrar a partir de dados quantitativos e qualitativos de que não se deve naturalizar que existe uma população em situação de rua.

3. A PESQUISA NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL, COMO UM MECANISMO PARA O ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

Neste capítulo iremos tratar sobre a pesquisa na história do Serviço Social com o objetivo de que o leitor possa compreender o papel da pesquisa no Serviço Social ao longo da história da profissão, fazendo um recorte chamando a atenção para essa área da pesquisa e desta como enfrentamento à desinformação.

A pesquisa se caracteriza como campo consolidado de atuação do Serviço Social no tocante da qualificação das ações que se efetivam sobre a vida real no cotidiano. Para explanar sobre esta temática foram selecionados três autores que dão base a este trabalho: Marilda Villela Iamamoto, Maria Lúcia Martinelli e José Paulo Netto. De forma a complementar e de maneira a abranger as especificidades deste tema, também serão adotados outros autores.

O Serviço Social se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expressão urbana. Para compreender a pesquisa no Serviço Social se faz necessário resgatar brevemente o processo histórico da profissão e em que contexto a categoria se insere.

Encontramos na obra “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” a conjuntura em que se origina a profissão, à medida que Iamamoto e Carvalho (2014 p. 83) contextualizam que “O desenvolvimento capitalista industrial e a expressão urbana, processos estes aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial”, eram os elementos presentes na gênese do Serviço Social. É possível compreender que há transformações e alterações que compõem grupos e parcelas de classes que compartilham o poder de Estado em circunstâncias específicas.

Na perspectiva desses autores é nesse contexto que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro e que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, que se torna objeto de trabalho do profissional especializado como o Assistente Social. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014 p. 84) “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Neste curso é

a exteriorização, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, que se passa a exigir outras formas de intervenções, além da caridade e repressão.

Vale ressaltar que o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda, e sua força de trabalho está sendo mercantilizada. Explicitamente os autores lamamoto e Carvalho (2014 p. 92) exemplificam que “a força de trabalho em ação é a fonte de toda riqueza social. Uma vez que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro de um contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora”.

lamamoto e Carvalho (2014) apontam que, embora a profissão não se empenhe diretamente nas funções produtivas da classe trabalhadora, articula em conformidade com outras profissões no intuito de proporcionar condições necessárias para o processo de reprodução do capital, no seu conjunto, de forma integrada à divisão social e técnica do trabalho. Ou seja, a produção e reprodução capitalista abarca também uma vasta dimensão de atividades, não diretamente produtivas que embora não sejam geradoras de valor, tornam efetivo o trabalho produtivo.

Desta forma, o Serviço Social inserido em uma sociedade capitalista se torna imprescindível para compreensão do papel desta profissão diante da reprodução do controle e da ideologia dominante, o que nos permite perceber o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais e os limites para a prática profissional.

Diante do exposto, pensando o Serviço Social em meio ao sistema capitalista, lamamoto e Carvalho (2014 p. 95) nos mostram que “historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimentos científicos. Emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a intervenção na realidade”, desfrutando dos conhecimentos socialmente acumulados por outras áreas, outras ciências servindo para subsídio de sua prática a intervir em uma dada realidade social.

Na concepção de Martinelli (2011), no início da profissão, por conta de um contexto de práticas conservadoras e alianças historicamente construídas com a burguesia, se acabou por identificar a prática do Serviço Social com a prática burguesa, de modo que ficava subordinada ou determinada por ela. A profissão ficou por anos com uma identidade atribuída ao capitalismo e sem um projeto profissional próprio, o que acarretou por se caracterizar em uma profissão complementar, representando, por vezes, formas de repressão e controle.

O efeito dessa situação sobre a consciência crítica da categoria profissional e sobre seus projetos de prática foi bastante grave. Para muitos agentes nada havia de misterioso ou contraditório em se automatizar a prática do Serviço Social, estrategicamente fazendo a profissão e deles próprios a “fase humanitária” e a “mão caridosa” do Estado, da Igreja, da classe dominante. (MARTINELLI, 2011 p. 139)

Para melhor compreensão, se parte do princípio que se está falando de uma profissão que se iniciou no Brasil na década de 1930 com uma forte influência católica. Foi também o período em que surgiram as primeiras escolas de Serviço Social. Neste período, o fazer profissional apresentava particularidades de caráter predominantemente interventivo, de acordo com Hack (2017, p.4) “cuja base teórica de sustentação da prática era respaldada por outras áreas do saber, tais como a antropologia, a psicologia, a sociologia e mesmo a teologia. ” No entanto, com o amadurecer da profissão essas sustentações apreendidas de outras áreas instigaram os profissionais a compreenderem o papel do Serviço Social na produção de conhecimento.

A dedicação dos profissionais do Serviço Social à pesquisa e à produção do saber teve grande contribuição para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e dentro do Movimento de Reconceituação. Até a década de 1950, as evidências de destaque de profissionais da área estavam relacionadas às práticas de sucesso e ao desenvolvimento de técnicas de intervenção que eram pautadas nas ciências sociais. Apenas a partir de 1960, ganha relevância a produção teórica em Serviço Social. (NETTO, 2015 Apud. HACK 2017, P. 8).

Diante da explicação acima, a categoria se mobilizou e passou a refletir e discutir acerca da teorização do Serviço Social brasileiro, bem como das especificidades metodológicas que compunham as ações da profissão no país. Nos documentos que foram produtos dos seminários de teorização, se encontram importantes referências acerca da pesquisa que serviu de base para o fazer profissional do Serviço Social, assim como para o desenvolvimento do processo de reconceituação e renovação da profissão.

No documento de Araxá, síntese do I Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Minas Gerais (Araxá) em março de 1967, relativo à pesquisa e prática se identifica que:

A evolução dos conceitos de Serviço Social e sua sistematização como disciplina permitem afirmar a existência de componentes essenciais e que podem ser sistematizados como instrumentos de intervenção na realidade social. Nessa intervenção, o Serviço Social atua à base das inter-relações do

binômio indivíduo sociedade. Sua teorização se processa a partir da práxis, isto é, o Serviço Social pesquisa e identifica os princípios inerentes à sua prática e sistematiza sua teoria. (CBCISS, 1986, p. 23-24)

Cabe ressaltar outra importante contribuição que categoriza as ações do Serviço Social quando relacionadas à gestão ou outras contribuições indiretas com políticas sociais, como é o caso da pesquisa.

A direção denominada por Netto (1994) de modernização conservadora engendrou um mercado nacional de trabalho macroscópico e consolidado para os assistentes sociais. Com o desenvolvimento das forças produtivas houve uma saturação do Serviço Social brasileiro com todas as refrações da questão social, hipertrofiadas e com sua administração centralizada pelas políticas sociais do Estado ditatorial. A partir de então, os assistentes sociais não só trabalhavam nos aparelhos burocráticos do Estado, como também nos setores geridos pelo capital. Quando o Estado se organiza e se racionaliza para gerenciar o processo em prol dos monopólios, muda o sentido não só das políticas setoriais, mas também da malha organizacional que as executa e planeja. Ocorre uma reformulação nos tradicionais empregadores de assistentes sociais em 1966-67 nos níveis organizacional e funcional. (AQUINO, 2019, p. 13)

O documento de Teresópolis, no ano de 1970, sintetiza o II Seminário de Teorização, que foi centralizado na “necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social frente à realidade brasileira”. Apresenta a classificação em diferentes tipos de conhecimentos compondo as pesquisas/investigações na área do Serviço Social:

Com o objetivo de abrir perspectivas para a investigação no campo profissional, as áreas de conhecimento foram classificadas em “para”, “em”, e “sobre” o Serviço Social. - Os conhecimentos para o Serviço Social referem-se àqueles que servem como elemento básico e propedêutico ao estudo do Serviço Social. - Os conhecimentos em Serviço Social relacionam-se com a profissão em suas atividades teóricas e práticas. São conhecimentos instrumentadores da prática. - Os conhecimentos sobre o Serviço Social têm-no como objeto de investigação específica. (CBCISS, 1986, p.79)

Com isso, se percebe que nestes seminários a teorização e a pesquisa já estava implantada como elemento necessário ao fazer profissional do Assistente Social. A partir da década de 1970, a pesquisa vai ganhando destaque no Serviço Social, com a criação dos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social.

Este debate se expressa na significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro, que vem gerando uma bibliografia própria, e que tem na criação e expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 70, um elemento impulsionador. É importante lembrar que a pós-graduação configura-se, por definição, como espaço privilegiado de interlocução e diálogo entre as áreas do saber e entre diversos

paradigmas teórico - metodológicos. (YASBEK, 2009, p. 12)

O Serviço Social brasileiro vem discutindo e se apropriando de um debate intelectual no campo das ciências sociais do Brasil e do exterior. É também neste cenário acadêmico que a categoria se aprimorou no campo da pesquisa, acerca da natureza de sua intervenção, dos procedimentos e da própria formação, transformando a história da profissão e, principalmente, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. (YASBEK, 2009)

Desta forma, a profissão avançou em relação a compreensão do Estado capitalista e do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos temas. Na perspectiva de crescimento e desafios em relação à pesquisa na história do Serviço Social, se tem a fala esclarecedora de Yasbek (2009):

Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais, apesar das dificuldades decorrentes da falta de experiência em pesquisa, do fato de defrontar com restrições por se constituir em disciplina interventiva (de “aplicação”) e das dificuldades na apropriação das teorias sociais. Nesta década o Serviço Social ganha espaço no CNPq como área de pesquisa. (YASBEK, 2009, p. 13)

O conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, na década de 1980, estabeleceu o Serviço Social enquanto área de pesquisa e produção do conhecimento. A dedicação dos profissionais do Serviço Social à pesquisa e à produção tiveram grande contribuição para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e dentro do Movimento de Reconceituação. Até a década de 1950, as evidências de destaque de profissionais da área estavam relacionadas às práticas de sucesso e ao desenvolvimento de técnicas de intervenção que eram pautadas nas ciências sociais. Apenas a partir de 1960, ganha relevância a produção teórica em Serviço Social. (NETTO, 2015)

A produção teórica dos profissionais do Serviço Social ganhou reconhecimento colaborando também com outras áreas do saber. Se no início se apropriou de produções de outras áreas, com essa maturidade a profissão passa também a contribuir com produções científicas, como afirma José Paulo Netto (2015, p. 173-174):

Na escala em que incorporam ao debate profissional as polêmicas e confrontos contemporâneos das ciências sociais, profissionais do Serviço

Social não só o abriram aos influxos da modernidade, mas nesta operação, vêm se credibilizando como interlocutores junto às tradicionais fontes fornecedoras de insumos teóricos à profissão, inserindo-se nas suas discussões não apenas como receptores (“consumidores”). Se a elaboração emergente neste tipo novo de relacionamento contém problemas e ambiguidades, uma coisa é certa: ela contribui para oferecer, no plano intelectual, um contrapeso à subalternidade profissional que historicamente envolveu o Serviço Social. (NETTO 2015, p. 173-174)

A produção de conhecimento em Serviço Social foi tomando espaço. Conforme HACK (2017, p. 9) em meio ao conjunto de produções teóricas das décadas de 1960 a 1980 ganham destaque aquelas relacionadas à perspectiva da intenção de ruptura. Aqui a categoria reconhece que precisa romper com o conservadorismo, com a tradição positivista. As décadas de 1980 e 1990 são marcos de alta produtividade teórica para o Serviço Social.

Vale ressaltar que nos anos de 1965 - 1985, o Brasil passou por um processo de ditadura militar, o que certamente influenciou o desenvolvimento do Serviço Social. Na obra “Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, de José Paulo Netto (2015), é identificado um arcabouço teórico sobre a intenção de ruptura e registros sobre os pioneiros da produção do conhecimento em Serviço Social no Brasil. Seguindo este referencial, conheceremos um pouco mais sobre as produções de Leila Lima Santos, Vicente de Paula Faleiros e Marilda Villela Yamamoto.

Na perspectiva de Netto a respeito de Santos e Faleiros:

A maturação intelectual, profissional e política desses protagonistas é, de algum modo, a consolidação do processo da perspectiva que estamos examinando [perspectiva da intenção de ruptura]. Vale indicar, muito breve e ilustrativamente, como nela se dá aquela relação de continuidade e mudança, tomando dois profissionais que, diversamente, foram e são fundamentais na constituição do projeto da ruptura no Brasil. Tomá-los-emos como referências cruciais [...] – trata-se de Leila Lima Santos e Vicente de Paula Faleiros. Antes do mais, cumpre notar que não estamos confrontados com trajetórias típicas, e sim representativas: não são típicas, na escala em que se efetivaram por vivência fora do país; mas são representativas, pela sua intercorrência exemplar no momento em que a perspectiva de intenção de ruptura, consolidada, desborda da categoria profissional. (NETTO, 2015, p. 345)

Ao fim da ditadura, os profissionais de Serviço Social já podiam expressar a produção de conhecimento no Serviço Social. Pré resultados de pesquisas até então pouco publicadas de modo que impossibilitava divulgação e conseqüentemente a socialização das produções. Depois desse período de redemocratização é que alguns autores puderam publicar frutos dos seus estudos.

Leila Lima Santos se destacou por ser uma das responsáveis pela condução do grupo de estudos que desenvolveu o Método Belo Horizonte, mais conhecido como

“Método BH”. A autora foi diretora da Escola de Serviço Social na Universidade Católica de Minas Gerais, entre os anos de 1972 e 1975. Santos, junto com a equipe formuladora do Método BH, teve uma contribuição ímpar no processo de ruptura com o Serviço Social tradicional no momento da redemocratização, quando o debate crítico avançou mais significativamente para além dos muros das universidades e foi incorporado por profissionais de outros campos de atuação. (NETTO, 2015).

Vicente de Paula Faleiros também teve grande influência no Movimento de Reconceituação e no rompimento do Serviço Social com o conservadorismo. Uma obra bastante significativa na época foi seu livro “Trabajo Social: ideología y método”, publicado em Buenos Aires no ano de 1972. A obra não pôde ser publicada no Brasil, na época, por conta do contexto da ditadura, e chegou aqui somente anos depois. Vicente Faleiros procura fundar o projeto de ruptura no domínio do fazer profissional. Propõe reflexões de análise sobre a dinâmica social e a dinâmica institucional, apontando direções da prática profissional, contextualizações socioeconômicas e fundamentações teóricas críticas para o novo fazer profissional. (NETTO, 2015).

Iamamoto se destaca por superar as referências que ficaram conhecidas como “marxismo sem Marx”, por se tratarem de obras inspiradas na teoria marxista, mas interpretadas por outros autores que imprimiam também suas formas de percepção e entendimento da sociedade capitalista e do próprio pensamento marxista. [...]. Sua proposição é de compreensão de um Serviço Social para além dele mesmo, contemplando sua existência e participação dentro de um contexto societário de conflitos. (NETTO, 2015).

O Serviço Social passa a ser entendido sob uma perspectiva que reconhece na sociedade os dilemas do modo de produção capitalista, as relações de força, os conflitos de classes. E, considerados todos os aspectos históricos e conjunturais, o Serviço Social, segundo Iamamoto, precisa dar respostas críticas, qualificadas e comprometidas na relação teoria-prática, às demandas que lhes são apresentadas e que são consideradas como diferentes expressões da questão social. (NETTO, 2015; IAMAMOTO, 2015).

Em 1990, a categoria se fortalece e constitui o projeto ético – político e profissional a favor da classe trabalhadora, tendo como referencial teórico o marxismo. O Serviço Social se posiciona e se materializa a partir da Lei que regulamenta a profissão nº 8.662/1993 o Código de Ética do mesmo ano e as diretrizes curriculares/1996, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social (ABEPSS). Na perspectiva de HACK (2017, p. 16) “a unidade teoria prática é a coerência das metodologias de intervenção com a proposta teórico política de implementação de um Serviço Social crítico e comprometido com a superação do assistencialismo.”

Em 1994 a partir dos debates realizado pelas Unidades de Ensino em outubro de 1993, conforme ABEPSS (1996) se deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social, que estava vigente desde 1982. ABEPSS (1996 p.3). “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade”. Após esse processo de revisões já em dezembro de 1996 foi promulgada a Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB (Lei 9394) - tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

A Lei de regulamentação da profissão, atualizada em 1993, define o ensino e a pesquisa como atribuições privativas: “Art. 5º atribuições privativas do Assistente Social como por exemplo: I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.” (BRASIL, 1993).

Diante dessa trajetória, o Serviço Social vem conquistando espaço nos seus processos de trabalho e enquanto espaço sócio ocupacional em instituições de ensino superior. Este campo compreende a docência e também projetos de extensão, supervisão de estágio e coordenação de pesquisas, possibilitando aos atores envolvidos o desenvolvimento para a prática de pesquisas científicas e a compreensão do papel do ensino, da pesquisa e da extensão.

Perante tantos avanços, a prática de atividades de Extensão Universitária, no Brasil remonta ao início do século XX, coincidindo com a criação do Ensino Superior. Tendo como suas primeiras manifestações os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911. (FORPROEX, 1987)

Conforme disposto na Política Nacional de Extensão Universitária (2012), esta tem como um de seus objetivos reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987).

Desta forma, diante de um novo cenário, o Serviço Social inserido nestes espaços acadêmicos, de ensino, pesquisa e extensão articula as dimensões constitutivas de um espaço profissional junto às políticas sociais, de modo que:

A pesquisa no Serviço Social é entendida, aqui, como um procedimento teórico metodológico, incorporada à práxis⁵ interventiva dos profissionais que possibilita o direcionamento de seus resultados para reinventar, reconstruir e até mesmo construir uma consciência crítica, permitindo autoanálise e revisão permanentes do fazer profissional. (SETUBAL, 2007 apud. VERONEZE, 2020, p. 30)

A partir das considerações acima, no fazer profissional o Assistente Social que estiver aprimorando conhecimento de qualidade ao se deparar com as expressões da questão social compreenderá que a pesquisa requer formular um problema, e todo desdobramento de um estudo que demande definir um conjunto de ações para responder aos questionamentos do que se pretende investigar. Diante disso o profissional fazendo perguntas para realidade social, possa situar seu papel de viabilizar uma investigação crítica, criativa e propositiva para transformação de uma dada realidade.

Neste âmbito da pesquisa em Serviço Social, é importante destacar a relação da ética, diante das mudanças na sociedade, tendo em vista as tecnologias, a globalização, o crescimento da industrialização. Chamar a atenção para uma consciência ética na pesquisa é um tema que deve ser socializado. Desta forma,

Refletir eticamente sobre a ética na pesquisa em Serviço Social supõe indagar se ela pode ser considerada uma ação capaz de estabelecer mediações práticas para objetivação de escolhas e valores éticos, lembrando

⁵Práxis conforme (BARROCO 1999, p. 122 Apud VERONESE, 2020, p. 30) “Atividade prática consciente que envolve um pensar e um fazer, “capaz de recriar necessidades, e capacidades, materiais e espirituais, instituindo um produto concreto antes inexistente””.

que as opções são relativas a condições históricas determinadas socialmente [...]. (BARROCO 2005, apud. VERONEZE 2020, p. 225)

Certamente essas reflexões são um grande avanço para o Serviço Social, pois as mediações se dão a partir das relações sociais pré-estabelecidas socialmente, historicamente, culturalmente. O Código de Ética do Serviço Social dispõe que estudos e pesquisas devem ser feitos e devem subsidiar a análise da realidade, ações profissionais, criação de projetos, políticas públicas. Em conformidade com o art. 4^o da Lei de Regulamentação da Profissão, Azevedo justifica que:

O Código de Ética afirma que esses estudos e pesquisas devem ser devolvidos aos usuários, a fim de que sejam usados para o fortalecimento dos seus interesses. De igual modo, a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas referentes à população usuária e a forma de sistematização dos dados obtidos devem ser informados a ela, o que supõe autorização para a utilização. O Código de Ética ainda prevê, enquanto deveres do assistente social, o esclarecimento, no início do trabalho, quanto a objetivos e a amplitude de sua atuação profissional, garantindo a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas e o fornecimento de informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e suas conclusões. Isso significa que o profissional deve ter em mente o começo, o meio e o fim de sua intervenção profissional, o que também requer alguma forma de sistematização. Para atingir objetivos mais estratégicos como contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais [...]. (AZEVEDO, 2014 p. 171)

Portanto, o Serviço Social sendo uma profissão que trabalha diretamente com seres humanos, ao produzir estudos e pesquisas deve recorrer às diversas metodologias e métodos para subsidiar sua intervenção, visando responder a expressão da questão social encontrada. Deve também propor devolutivas que beneficiem aos usuários com respostas, que tenham por objetivo a solução para transformação da realidade pesquisada.

Em conformidade com a discussão ora apresentada, vale ressaltar que para realização de pesquisas e estudos, assim como em todas as intervenções, deve se haver um planejamento. A autora Batista que aborda a temática com propriedade e é referência nesse assunto para o Serviço Social, citada por Veroneze, ilustra que planejar tem total relação com a pesquisa.

⁶O presente Art. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: como por exemplo, “VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.” (BRASIL, Lei 8662/93)

Planejamento é o processo permanente e metodológico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social” e que pressupõem uma “ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico”. Busca ser uma abordagem, “abordagem racional e científica, [que] supõe uma sequência de atos decisórios ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos, científicos e técnicos. (BATISTA 2000, p.13 VERONEZE 2020 p. 247).

E é neste ensejo, que diante do desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social, da trajetória de transformação nas técnicas, metodologias e de sua relevância para a profissão e sociedade, é que veremos no capítulo a seguir a abordagem sobre a experiência vivenciada como estágio obrigatório supervisionado no espaço sócio ocupacional, denominado como projeto de extensão.

4. A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “SUBSÍDIOS ACADÊMICOS PARA A REDE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA”

Abordaremos neste capítulo sobre a experiência vivida no projeto de extensão “Subsídios acadêmicos para a rede de atendimento à população em situação de rua”, enquanto campo de estágio supervisionado, iniciado em 04 de junho de 2018. Além de dispor sobre tal vivência serão consideradas quais as contribuições a extensão, como campo de estágio, pôde proporcionar para formação acadêmica e ainda apresentados alguns resultados de pesquisas de iniciação científica feitas pela equipe de estágio, entre outras ações que evidenciaram a profundidade dos estudos, pesquisas e as ações junto à comunidade acadêmica.

Diante deste contexto, devemos ressaltar que neste espaço sócio ocupacional, por estar configurado na Política da Educação, engloba diversas regulamentações, que foram conquistadas ao longo dos anos e são de suma importância para compreensão da extensão como campo de estágio em Serviço Social.

Como por exemplo as seguintes legislações: Lei nº 9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996);⁷ Lei nº 11.788/2008 Dispõe sobre o estágio de estudantes;⁸ Lei do Estágio - Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996);⁹ Política Nacional de Estágio – PNE (2009);¹⁰ Lei nº 8662/93 de Regulamentação da Profissão;¹¹ Código de Ética do/a Assistente Social (1993); Resolução CFESS nº 533/2008, está resolução regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social; Resolução nº 7, 18 de Dezembro de 2018¹² que estabelece as Diretrizes para

⁷A presente Lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, portanto abrange as esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e os Municípios. “E tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” BRASIL, 1996.

⁸Esta Lei dispõe sobre o estágio de estudantes em níveis médio, superiores e anos finais do ensino fundamental, normatiza sobre definições, classificações e relação de estágio; das instituições de ensino; das partes concedentes de estágio; dos estagiários, fiscalizações entre outros. (BRASIL, 2008)

⁹Diretrizes e Bases para o curso de Serviço Social 1996 foi constituída face às exigências da contemporaneidade para a formação profissional, uma nova lógica curricular para a profissão. (ABEPSS, 1996)

¹⁰A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), propõe entre outros “ I coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação. ” (ABEPSS, 2008).

¹¹A Lei nº 8.662/1993 Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. É um marco para a profissão do Serviço Social. (BRASIL, 1993)

¹²O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Antônio de

a Extensão na Educação Superior Brasileira.

No que tange a extensão universitária, pode ser entendida da seguinte maneira:

[...] Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, educativo, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p.15 apud. SANTOS et. al., 2016, p. 157)

O Centro Universitário Internacional (Uninter), visando também contribuir academicamente com produção de pesquisa e socialização de informação a respeito da população em situação de rua, desenvolveu o projeto de extensão acadêmica “Subsídios acadêmicos para a qualificação da rede de atendimento à população em situação de rua”, oportunizando para o curso de Serviço Social a coordenação do mesmo.

O conceito definido pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, aprovado por meio do Decreto nº 7.053/2009, dispõe o seguinte:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, art.1º)

Desta forma, o projeto de extensão teve sua motivação inicial no compromisso institucional da Uninter com a comunidade de seu entorno devido aos quatro campi de ensino presencial e a quatro Polos de Educação à Distância estarem localizados na região central de Curitiba, ficando evidenciada a necessidade de contribuir diante da problemática da população em situação de rua. Foi então delineado projeto de extensão, cujo princípio fundamental é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (UNINTER, 2018)

A estratégia proposta para contribuição da Universidade para enfrentamento de tal situação foi de desenvolver iniciativas e produtos que qualifiquem a rede de atendimento às pessoas que se encontram em situação de rua. Por um lado, são realizadas ações que beneficiam a comunidade e por outro, são proporcionadas

Araújo Freitas Júnior, no uso de suas atribuições, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. leia - se: “Art. 6º Estrutura a concepção e a prática dos Princípios da Extensão na Educação Superior:”

experiências de interação teoria-prática aos alunos, o que é fundamental ao processo de formação.

Neste espaço são desenvolvidas ações para alcance de objetivos de extensão, pesquisa e ensino, coordenadas pelo curso de Serviço Social, com a participação de outros cursos, o estímulo à participação de alunos, professores e funcionários dos diferentes setores, potencializando as experiências interdisciplinares e interprofissionais.

Ao longo do projeto foram feitas ações em parceria externas como a Fundação de Ação Social (FAS), órgão gestor da política de assistência social em Curitiba e organizações da sociedade civil que atendem a população em situação de rua. As ações foram focadas na região central de Curitiba, com possibilidade de replicação para demais regiões e municípios.

As ações de extensão dispostas na Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 dezembro de 2018 se classificam em, programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços. Destacamos que a proposta em questão - "Projeto de extensão sobre população em situação de rua" - se caracteriza como "projeto", com objetivo específico e prazo determinado. Este teve seu início em 2018, conforme dito anteriormente, e foi renovado em 2020. Contudo, este mesmo projeto desenvolve um conjunto variado de ações, que se caracterizam como eventos, cursos, oficinas, palestras, campanhas, entre outras.

Enquanto estagiária neste espaço sócio ocupacional, diversas atividades foram desenvolvidas de acordo com as propostas das Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social e do Regulamento de estágio supervisionado em Serviço Social - modalidade presencial. No decorrer do período de estágio obrigatórios, algumas etapas foram propostas como: Aproximações à realidade do campo de estágio; elaboração do pré-projeto de intervenção na instituição concedente do estágio; execução do projeto de intervenção; avaliação do projeto e relatório final.

Cada etapa teve sua particularidade e importância, como por exemplo, construção do projeto de intervenção no campo de estágio que foi extremamente significativo para materializar a instrumentalidade em relação às dimensões técnico - operativo, teórico metodológico e ético - político. (GUERRA, 2000)

No Quadro 02, segue algumas das ações realizadas pela equipe do projeto de extensão.

QUADRO 2 - EXEMPLOS¹³ DE AÇÕES E RESULTADOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EXTENSÃO. 2018-2019

EXTENSÃO		
Ação	Resultados obtidos	Descritivo Resumido
Palestras	- 03 palestras;	<p>- 1 Palestra no polo de São José dos Pinhais, em outubro/2018: “Projeto de extensão sobre população em situação de rua”. 13 participantes.</p> <p>- 1 Palestra em Colégio público do município de Pinhais, em abril de 2019: “População em situação de rua”. 26 participantes.</p> <p>As primeiras duas palestras citadas foram frutos de projetos de intervenção desenvolvidos por estagiárias da extensão.</p> <p>- 1 Palestra de nivelamento em maio/2018: “População em situação de Rua”. 33 participantes.</p>
Seminários	2 Seminários para debate sobre as contribuições da extensão com as políticas públicas de atendimento à população em situação de rua	<p>O I Seminário ocorreu em junho de 2018, contando com 106 participantes presenciais, entre membros internos (86) e externos (20) da Uninter, além daqueles que acompanharam a atividade a partir da transmissão e inscrição em sala virtual, que contou com 268 alunos.</p> <p>O II Seminário foi realizado em julho de 2019, contando com 92 participantes presenciais, entre membros internos (40) e externos (52) da Uninter, além daqueles que acompanharam a atividade a partir da transmissão e inscrição em sala virtual, que contou com 359 alunos.</p>
Campanha	- 01 Campanha realizada.	<p>A partir de ideia originada nos encontros de estágio no projeto de extensão e de pesquisa dos alunos de iniciação científica, foi proposta a Campanha “Quem se importa?” com o objetivo de promover a sensibilização da temática a partir da socialização de informações obtidas nas pesquisas.</p> <p>Com relação ao interesse pela temática se destacou o recebimento de e-mails de mais de 900 pessoas, que solicitaram informações e demonstraram interesse em contribuir.</p>

¹³ A palavra “exemplos” foi utilizada pois não retrata a totalidade das ações do Projeto, segundo o que se encontra no quadro 2 em comparação ao documento oficial.

Rodas de conversa	- 04 rodas de conversa	<p>- 1 roda de conversa com dois palestrantes convidados sobre “saúde mental dos trabalhadores que atuam com população em situação de rua.” 21 participantes.</p> <p>- 1 roda de conversa sobre “a violência contra a população em situação de rua”, com falas de 03 convidados. 10 participantes presenciais.</p> <p>- 1 roda de conversa sobre “trabalho, emprego e população em situação de rua”; com a fala de 02 convidados. 13 participantes presenciais.</p> <p>- 1 roda de conversa sobre “a mulher em situação de rua”, com a fala das professoras vinculadas ao Projeto. 12 participantes presenciais.</p>
Oficinas	<p>- 1 oficina de pesquisa orientada, continuada, de julho de 2018 a junho de 2019, com acompanhamento de alunos EaD na realização de pesquisas sobre população em situação de rua.</p> <p>- 2 oficinas de cartografia social</p>	<p>- Alunos da modalidade EaD foram convidados a participar de oficinas orientadas de pesquisa.</p> <p>- Em parceria com um aluno do Mestrado em Educação, o projeto realizou duas turmas presenciais, que foram replicadas para 03 turmas Ead, da atividade denominada “Oficina de Cartografia Social”. Tratou-se de capacitação com elementos teóricos e práticos acerca do mapeamento de espaços, territórios e populações.</p>
Redes sociais	- 01 Página no Facebook e 01 Canal no Youtube	<p>Foi desenvolvida uma Página no Facebook para compartilhar também por meio desta rede social, informações sobre as ações do Projeto.</p> <p>Ao longo de 2019 foi criado também um Canal no Youtube para suportar os vídeos dos eventos realizados pelo Projeto. Este ainda está com acesso restrito, sendo utilizado mais para vincular os vídeos em links para o AVA. Mas pode ser uma ferramenta amplamente utilizada para comunicação das atividades.</p>

Fonte: A autora, 2020. Adaptado de “Relatório bianual do Projeto Extensão sobre população em situação de rua. 2018-2019” (UNINTER, 2020).

As ações descritas no Quadro 02, demonstram a articulação do ensino, pesquisa e extensão, da aproximação dos estagiários com a sociedade a partir de palestras, eventos, cursos e oficinas. Também produzidos por estagiários, docentes/supervisores de campo e pesquisadores.

De maneira complementar às ações acima descritas, foram desenvolvidos também pela equipe de estágio, trabalhos de iniciação científica para O XIV ENFOC - Encontro de Iniciação Científica e Fórum Científico de 2018 e 2019. Em todas as produções, o tema esteve relacionado a população em situação de rua em diversas perspectivas, de forma que todas as ações e produções desenvolvidas neste espaço sócio ocupacional constituem uma intencionalidade.

Dentre as produções realizadas no projeto de extensão, serviram de embasamento para a presente monografia os artigos “Reportagens sobre a População em Situação de Rua em Curitiba: o que a sociedade vê” (LEITE et al, 2019); “A Produção acadêmica brasileira sobre população em situação de rua: Um estudo de revisão sistemática” (LIMA et al, 2019); “A mulher em situação de rua e as políticas públicas” (GOMES et al, 2019), os resumos expandidos: “Segurança pública e população em situação de rua de Curitiba: entre o preconceito e o direito” (SANTOS et al, 2019) e “Cidadania feminina: a invisibilidade das mulheres em situação de rua” (RICHTER et al, 2019) e também a sistematização da ações do projeto de extensão. Um exemplo dessas ações foi a Campanha de sensibilização e orientação sobre, como contribuir de forma cidadã com a promoção da dignidade das pessoas em situação de rua.

A Campanha “Quem se importa? ” teve ampla participação das estagiárias deste projeto de extensão, em todas as suas etapas. A campanha estava prevista no projeto original e seu nome foi definido a partir de discussão entre o grupo de estagiárias e a supervisora de campo, quando se chegou à conclusão de que, apesar das muitas notícias e mobilizações de que se tinha conhecimento sobre a população em situação de rua, muito pouco era feito pelo poder público e pela sociedade. A campanha foi direcionada ao público interno da Uninter (alunos e colaboradores), alcançando a todos por meio de mídias diretas no ambiente virtual de aprendizagem, bem como de distribuição de cartazes físicos e digitais. A escolha de cada tema, foto e informações também se deu com a participação das estagiárias e foi produto das pesquisas relacionadas ao projeto. Os principais materiais da Campanha podem ser visualizados nas figuras 01 a 04.

FIGURA 1 - CARTAZ 01 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?



Fonte: Grafita, 2019.

O tema do primeiro cartaz “Pessoas em situação de rua, por vezes, dormem durante o dia. Fazem isso para estar alertas e evitar a violência contra elas durante a noite”, conforme Figura 01 (detalhes podem ser visualizados no Anexo 1) foi motivado pelo levantamento das reportagens analisadas. Conforme mencionado anteriormente, se identificou que a sociedade tem a concepção de que pessoas em situação de rua dormem de dia porque estão no crime à noite ou porque não trabalham por exemplo.

No estudo feito nas análises das reportagens (2018), no documento “Rua aprendendo a contar, Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua” realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome - (MDS, 2009), e no resumo expandido “Segurança pública e população em situação de rua de Curitiba: entre o preconceito e o direito” (SANTOS et al, 2019), entre outros, temos evidenciado que o mais comum é que a Polícia Militar seja acionada por terceiros que se incomodam com a presença da população em situação de rua, mas sem evidência de real conflito com a lei por parte destes:

Não há ocorrências por parte da população em situação de rua, tampouco de eles terem cometido crimes. O que tem gerado ocorrência são por estarem na frente dos estabelecimentos, por realizarem suas necessidades fisiológicas em espaços públicos. (UNINTER, 2019, p. 01).

O estudo apontou que a procura da população em situação de rua pela Polícia Civil se dá, majoritariamente, para solicitação de documentação e para realizarem boletins de ocorrência pela perda dos documentos.

Na análise das notícias de forma predominante se fez presente o fator da insegurança apontado por comerciantes e população em geral. No que se refere à política de segurança pública, se percebe a ausência desta política na proteção da população em situação de rua, uma vez que atua quando as violências já foram desencadeadas, vitimando os sujeitos em situação de rua.

As reportagens evidenciaram duas situações conflitantes: uma concepção que institui uma relação direta entre população em situação de rua e criminalidade, enfatizando a “sensação de insegurança” que este público representa; e, por outro ângulo, um cenário onde a pessoa que está na rua é, em geral, a vítima da violência e não o agressor; ou ainda, que os relatos de práticas violentas de pessoas nesta situação se dão contra outras que vivenciam e disputam a mesma realidade. (LEITE et al, 2019)

Desta forma, trazemos a importância da pesquisa para a compreensão da realidade não vista e que por trás de um cartaz se tem um estudo que denota também

a falta de segurança pública e, em sua decorrência, a violência contra a população em situação de rua sendo estes alguns dos motivos desta parcela da sociedade a optar por dormir de dia e não a noite.

FIGURA 2 - CARTAZ 02 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?



Fonte: Grafita, 2019.

O despertar para o desenvolvimento do segundo cartaz “Muitos empregos exigem comprovantes de endereço, com isso, pessoas em situação de rua perdem oportunidades” conforme Figura 2 (detalhes podem ser visualizados no Anexo 2) traz para reflexão uma realidade desta relação de “empregador” x “empregado”. Os centros de atendimento à população em situação de rua fazem o cadastro destes usuários também para a finalidade de emprego, como para saúde e outros serviços que exigem que se tenha endereço fixo. Ao longo do estágio, se teve a oportunidade de conhecer profissionais que atuam em espaços de atendimento a esta população e que referem a grande dificuldade em conseguir emprego formal pela falta de comprovante de residência.

Em 2018, foram realizadas visitas técnicas pelos alunos de Serviço Social, acompanhadas pelos professores do Curso e servidores da FAS, às principais unidades de atendimento à população em situação de rua na região central de Curitiba, sendo elas os Centros Pop Matriz e Durvalino Borba e às Casas de Passagem Plínio Tourinho e Rebouças. No ano de 2019, foram realizadas as seguintes visitas (por alunos e professores): Centro Pop do município de Fazenda Rio Grande; Acolhida Franciscana; Casa Redentor; OSC Mãos invisíveis, contemplando 03 distintas visitas: 01 à instituição; 01 a uma ação integrada com a iniciativa “Médicos de Rua” e 01 à ação direta com a população em situação de rua na praça. Ao todo foram 10 visitas técnicas. (UNINTER, 2020, p. 01).

Desta forma compreendemos o porquê da maior parte das atividades de trabalho estarem na economia informal, no documento “Rua: Aprendendo a contar - pesquisa nacional sobre a população em situação de rua” (MDS, 2009) alguns dados

que retratam a realidade, 1,9% dos entrevistados informaram que trabalham com carteira assinada; 47,7% nunca teve carteira assinada.

Nas análises das notícias online (2018) sobre a população em situação de rua, também foi identificado que a sociedade tem a concepção de que pessoas em situação de rua vivem de “esmolas”. No entanto, na pesquisa nacional sobre a população em situação de rua temos que: 70,9% exercem atividade remunerada; 58,6% afirmam ter uma profissão: catador de materiais recicláveis, "flanelinhas", trabalho na construção civil, limpeza, carregador e 15,7% pedem dinheiro. (MDS, 2009).

Desta forma, a sensibilização para os dizeres do cartaz traz consigo a reflexão de que é necessário buscar estratégias e políticas públicas que abranjam também aqueles que fazem das ruas sua vivência.

FIGURA 3 - CARTAZ 03 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?



Fonte: Grafita,2019

No terceiro cartaz “Muitas mulheres em situação de rua se cobrem de urina ou fezes. Elas fazem isso para evitar ataques sexuais” conforme figura 03 (detalhes podem ser visualizados no Anexo 3), se escolheu um tema dedicado às mulheres, pois estas encontram nas ruas diversos direitos violados e apenas um deles é a violência sexual. A pergunta “Quem se importa? ”, neste caso, remete à reflexão acerca dos direitos da mulher, a exemplo de Leis como Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006 - que: “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”.

Mais uma vez aqui estamos diante da fragilidade de se compreender a rua como espaço de vivência, pois as mulheres nesta situação, por vezes não são protegidas pela Lei Maria da Penha, afinal não há clareza acerca do que configura violência doméstica. Apontamos para outros questionamentos que indicam a precarização de políticas públicas para mulher em situação de rua, o artigo “A mulher em situação de rua e as políticas públicas” (GOMES et al, 2019) e o resumo expandido “Cidadania feminina: a invisibilidade das mulheres em situação de rua” (RICHTER et al, 2019) abordam sobre essa temática de uma forma mais abrangente, estas foram pesquisas de aproximação científicas desenvolvidas no projeto de extensão.

FIGURA 4 - CARTAZ 04 DA CAMPANHA QUEM SE IMPORTA?



Fonte: Grafita

A campanha de sensibilização também se preocupou em proporcionar informações que subsidiem a população em situação de rua sobre os serviços de atendimento e para sociedade como contribuir de maneira responsável através dos direitos que a população como todo possui. A motivação para o desenvolvimento do quarto e último cartaz (detalhes podem ser visualizados no Anexo 4) se deu por identificarmos nas pesquisas feitas pela equipe do projeto de extensão que em grande parte a responsabilidade por atender a população em situação de rua recai sobre a política da assistência social. Mas através dessas pesquisas é possível compreender que a população em situação de rua é constituída por cidadãos de direitos que, como todos os outros cidadãos que necessitam de todas as outras políticas.

Este foi um dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto de extensão que teve como base pesquisas em materiais bibliográficos como “Rua: Aprendendo a contar - pesquisa nacional sobre a população em situação de rua” (MDS, 2009); Estimativa da

população em situação de rua no Brasil (IPEA, 2016); o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL. Decreto nº 7053/2009). Estas e outras fontes trouxeram uma realidade diferente do que o imaginário do senso comum.

Essa pesquisa deixou evidente que, em sua maioria, os textos propagados nos meios de comunicação, não contemplaram informações básicas acerca dos direitos de cidadania da população em situação de rua, cooperando para a reprodução da desinformação. Remete a refletir sobre a responsabilidade e importância que as mídias de massa representam, da efetivação das políticas públicas e da intervenção do Serviço Social na produção de pesquisas para subsidiar as redes de atendimento à população em situação de rua através da produção de conhecimento.

Quando a atribuição do Serviço Social em produzir pesquisas, através do “Projeto de extensão sobre população em situação de rua”, outro resultado obtido foi o de pouca produção pela temática sobre população em situação de rua feitas pela área do Serviço Social.

Foi estabelecido o objetivo de identificar a produção acadêmica, publicada em revistas qualificadas no Brasil, conforme indexação em plataformas de busca, de caráter nacional. Para tanto foi delimitada uma metodologia de revisão sistemática de periódicos das bases Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). (LIMA et al, 2019)

Dos resultados obtidos, anteriormente citados, entre as políticas públicas abordadas nas pesquisas, temos os seguintes números de produções: saúde (33); assistência social (19); habitação (3); educação (2); trabalho (2); cultura (1); política nacional para população em situação de rua (1); segurança (1); não identificado política pública no estudo (11), se observa um distanciamento entre o quantitativo de produções entre a saúde e a assistência social, em comparação às demais políticas públicas que devem ser ofertadas à população em situação de rua.

Observa uma certa “desproporcionalidade” entre o quantitativo de produções das áreas da saúde e da assistência social, se comparados à quantidade de serviços ofertados por cada uma destas políticas públicas. Conforme apontado anteriormente, a política de saúde compreende um único serviço especializado – o Consultório na Rua – enquanto a política de assistência social dispõe de mais de quatro distintas formas de intervenção, que compreendem desde as ações de abordagem direta na rua aos serviços de acolhimento voltados à autonomia do sujeito, com vistas à saída das ruas. (LIMA et al, 2019)

Neste mesmo estudo foi levantado também a respeito da formação profissional dos responsáveis pela pesquisa e o resultado chamou atenção pela pouca produção feita por Assistentes Sociais, servindo de alerta para a categoria, uma vez que estes fazem parte das equipes dos diversos atendimentos voltados à população em situação de rua. Constitui no “Art. 5º atribuições privativas do Assistente Social como por exemplo: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.” (BRASIL, 1993). Certamente essas atribuições reiteram sobre o alerta para os profissionais no quesito de produções científicas.

Percebam que as atribuições se evidenciam em toda a monografia, portanto, estes elementos sendo legítimos do Serviço Social e com a reafirmação da prática, contribui para o fortalecendo e o crescimento da profissão, possibilitando aos profissionais, graduandos e estagiários o desenvolvimento de pesquisas e a importância que estas trazem.

Diante de tantos elementos, é possível perceber que o Serviço Social tem diferencial e potencial de ser uma profissão interventiva, propositiva em suas ações, podendo também contribuir com referenciais teóricos e metodológicos que tenham fundamentos que sustentem uma análise da realidade a partir da historicidade, da cultura, das relações sociais e econômicas, para as produções de pesquisas que venham a subsidiar outras áreas que atendam a população em situação de rua.

Este capítulo se encerra com a convicção de que estagiar em um espaço sócio ocupacional como o da extensão é um privilégio, por estar envolvido em todo processo de ensino, da pesquisa e extensão, de que as competências e atribuições do Serviço Social são de suma importância para sociedade enquanto categoria que atende a população, para a profissão enquanto classe trabalhadora e para a produção de conhecimento contribuindo com outras áreas profissionais, deste modo é com satisfação que apresentamos as considerações finais desta monografia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia tratou de aproximar o leitor do conteúdo relacionado à pesquisa em Serviço Social na intervenção para desmistificar mitos a respeito da população em situação de rua. Foi desenvolvida a partir da experiência vivida enquanto estagiária no espaço sócio ocupacional de um projeto de extensão, em uma instituição de ensino superior privada. Ao longo deste trabalho foi possível considerar que a extensão acadêmica é um espaço privilegiado, pois se vivencia o ensino e a aprendizagem constantemente, de modo que se pode compreender que não há dissociação entre o teórico e o prático, ao contrário, se reforça que um não ocorre sem o outro.

Com este trabalho se apreendeu que estagiar na extensão denota a importância das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, isso se materializa ao realizar a pesquisa. Por exemplo, é preciso refletir, planejar, projetar, analisar os acontecimentos, os cenários, os atores envolvidos, bem como as relações de força e buscar fundamentos que subsidiam o que produz. Com a intencionalidade de se ter uma visão crítica que possibilite responder às expressões da questão social a qual se pretende trabalhar.

Essa reflexão traz para o profissional o embasamento para intervenção de uma dada realidade, o que intensifica a práxis (teoria + prática + transformação da realidade). Com isso, se espera que no fazer profissional se contribua com a profissão tendo a responsabilidade pela busca do aprendizado constante, de produzir pesquisas que subsidiem também outras áreas profissionais, para as políticas públicas, bem como, para o fortalecimento do Serviço Social, sempre diante do Código de Ética dessa profissão e da Lei que a regulamenta, seguindo com os princípios fundamentais da profissão, consolidando o projeto ético político.

Frente ao que se apreendeu ao realizar esta monografia, se considera que o objetivo geral de compreender o papel da pesquisa em Serviço Social na desconstrução de mitos acerca da população em situação de rua foi alcançado, tendo em vista que a produção de dados, seja na pesquisa ou em processos interventivos, deve ter uma finalidade maior do que apenas registrar, mas que possa subsidiar uma rede que atenda, no caso do projeto, a população em situação de rua, mas de forma maior que subsidie para criação de políticas públicas, desmistificando então os diversos mitos que são disseminados no cotidiano.

Com isso, se espera que campos de estágio, como o da extensão acadêmica, sejam valorizados pelas universidades públicas e privadas, que a categoria faça jus em especial, da atribuição em supervisionar estagiários proporcionando um despertar pela pesquisa e a ética neste meio. A pesquisa é um despertar para novos conhecimentos, para construção e reconstrução do saber, de modo que, o tema abordado neste trabalho requer mais atenção do Serviço Social, bem como de outras áreas e da sociedade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Isaura G. C. **A participação do CBCISS no Movimento de Reconceituação e o Congresso da Virada. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 559-577, Dec. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300559&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de maio de 2020.

AZEVEDO, Isabela Sarmet de. **A dimensão ética da sistematização do exercício profissional - SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, V. 16, N.2, P. 166-185, JAN./JUN. 2014.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. - Planalto, disponível em <<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFramed>> Acesso em 26 de janeiro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009 - **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. - Jusbrasil, disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23500512/decreto-n-7053-de-23-de-dezembro-de-2009>> Acesso em 04 de dezembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019 - **Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua**. - Planalto, disponível em <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.894-2019?OpenDocument> Acesso em 26 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Rio de Janeiro Novembro de 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em 30 de maio de 2020.

BRASIL, Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 - **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências** - Planalto. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm> Acesso em 04 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional** - Planalto. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 24 de novembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 - **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher** - Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 04 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 - **Dispõe sobre o Estágio de Estudantes** - Planalto. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm > Acesso em 04 de Março de 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. RUA: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária - Proexc. Pró - reitoria de extensão e cultura.** Maio de 2012. Disponível em <http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-2012.pdf> Acesso em 30 de maio de 2020.

BRASIL. Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 - **Ementa: Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> acesso em 29 de abril de 2020

BRASIL. Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.** Disponível em <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2018/rces007_18%20-%20MEC%20CNE.pdf> Acesso em 19 de agosto de 2019.

BRASIL. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990- 1. Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – ipea 2016.

CEFESS - **Política Nacional de estágio da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS. 2010. Disponível em <http://cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em 30 de maio de 2020.

Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio De Serviços Sociais (CBCISS). Teorização do Serviço Social: Seminários de Araxá, Teresopolis e Sumaré. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C.L. - **Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques.** Media & Jornalismo, Lisboa , v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018. Disponível em: <

54622018000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 de novembro de 2019.

FIGUEIREDO, Kenia Augusta. **O assistente social na era das comunicações**. In SALES, Mione Apolinário. RUIZ, Jefferson Lee de Souza. *Mídia, questão social e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 323-343.

FILHO, Ciro Marcondes. **Televisão: A vida pelo vídeo** / Ciro Marcondes Filho. Ed. Moderna. São Paulo: 1948.

FORPROEX - **Discussão sobre extensão das Universidades Públicas brasileiras, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> Acesso em 07 de abril de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo - **Métodos de pesquisa** / coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Rosilaine dos Santos; HACK, Neiva Silvana; SOUZA, Marcia Romovicz da Silva. **A Mulher Em Situação De Rua E As Políticas Públicas**. In: Anais XIV ENFOC: Encontro de Iniciação Científica e XIII Fórum Científico e V Seminário PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Anais...Curitiba (PR) UNINTER, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/UNINTERenfoc2018/134693-A-MULHER-EM-SITUACAO-DE-RUA-E-AS-POLITICAS-PUBLICAS>>. Acesso em 29 de maio de 2020

GUERRA, Yolanda - **A Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**, 2000. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>> Acesso em 05 de dezembro de 2019.

HACK, Neiva Silvana - Aulas 1 a 5 Rotas **Fundamentos Histórico Teórico Metodológicos do Serviço Social** – Dimensão Metodológica. Curitiba: Uninter, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela - **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica** / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho – 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

LEITE, Karine da Costa et al.. **Reportagens sobre população em situação de rua em Curitiba: o que a sociedade vê**. In: Anais XIV ENFOC : Encontro de Iniciação Científica e XIII Fórum Científico e V Seminário PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Anais. Curitiba(PR) UNINTER, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/uninterenfoc2018/134844-reportagens-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-em-curitiba--o-que-a-sociedade-ve/>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à**

comunicação e democracia / Venício A. de Lima. - 2. ed. revista e ampliada - São Paulo: 2012.

LIMA, Odair Cesar de et al.. **Produção Acadêmica Brasileira Sobre A População Em Situação De Rua: Um Estudo De Revisão Sistemática**. In: Anais XIV ENFOC : Encontro de Iniciação Científica e XIII Fórum Científico e V Seminário PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Anais...Curitiba(PR) UNINTER, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/UNINTEREnfoc2018/122999-PRODUCAO-ACADEMICA-BRASILEIRA-SOBRE-A-POPULACAO-EM-SITUACAO-DE-RUA--UM-ESTUDO-DE-REVISAO-SISTEMATICA>>. Acesso em 24 de agosto de 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço Social: Identidade e alienação** / Maria Lúcia Martinelli, 16. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**, 2017. Disponível em: <[http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto .pdf](http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto.pdf) > Acesso em 24 de agosto de 2019.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Monte - **O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente**, R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016 Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v19n3/1414-4980-rk-19-03-00380.pdf>> Acesso em 10 de Maio de 2020.

REIS, Patrícia Cerqueira. **A comunicação como estratégia para a participação do cidadão no estado democrático de direito**. Patrícia Cerqueira Reis. Ano 8• número 14 1º Semestre de 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139090/134439>> Acesso em 02 de novembro de 2019.

RICHTER, Mariana Patrício et al.. **Cidadania Feminina: A Invisibilidade das Mulheres em Situação de Rua..** In: XV ENFOC - Encontro de Iniciação Científica, XIV Fórum Científico, VI Seminário PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e I Seminário do Programa de Residência Pedagógica. Anais...Curitiba (PR) UNINTER, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/ENFOCUNINTER2019/188784-CIDADANIA-FEMININA--A-INVISIBILIDADE-DAS-MULHERES-EM-SITUACAO-DE-RUA>>. Acesso em 29 de maio de 2020.

SANTOS, Amanda Ribeiro dos et al. **Segurança Pública e População em Situação De Rua De Curitiba: Entre O Preconceito e o Direito...** in: XV ENFOC - Encontro de Iniciação Científica, XIV Fórum Científico, VI Seminário PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e I Seminário do Programa de Residência Pedagógica. Anais...Curitiba (PR) UNINTER, 2019. Disponível em:

<<https://www.even3.com.br/anais/ENFOCUNINTER2019/194269-SEGURANCA-PUBLICA-E-POPULACAO-EM-SITUACAO-DE-RUA-DE-CURITIBA--ENTRE-O-PRECONCEITO-E-O-DIREITO>>. Acesso em 11 de maio de 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY Alzira Maria Baptista, ABREL, Maria Helena Elpidio - **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios; organizadoras da coletânea**; Valeria Forti e Yolanda Guerra, coordenadoras da série. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

VERONEZE, Renato Tadeu - **Pesquisa em Serviço Social: dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social**/ Renato Tadeu Veroneze. Curitiba: InterSaberes, 2020. (Série Formação Profissional em Serviço Social).

UNINTER. **Projeto técnico: Projeto de Extensão Acadêmica** Uninter Subsídios para qualificação da rede que dá atendimento à População de Rua, 2018.

UNINTER. **PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**. Relatório de participação em reunião externa - CONSEG - 30 de julho de 2019. Curitiba: Uninter, 2019.

UNINTER. **PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. RELATÓRIO BIANUAL 2018-2019**. Curitiba: Uninter, 2020

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**, 2009. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>> Acesso em 31 de maio de 2020.

ANEXO I

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, POR VEZES, DORMEM DURANTE O DIA.
FAZEM ISSO PARA ESTAR ALERTAS E EVITAR A VIOLÊNCIA
CONTRA ELAS DURANTE À NOITE.**



QUEM SE IMPORTA?

PROJETO DE EXTENSÃO - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

PARA SABER MAIS, ENTRE EM CONTATO PELO EMAIL: EXTENSAOPOPRTUA@UNINTER.COM

CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL

ESCOLA SUPERIOR DE
SAÚDE, BIOCÊNCIAS,
MEIO AMBIENTE E
HUMANIDADES


UNINTER
CENTRO
UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL

ANEXO II

**MUITOS EMPREGOS EXIGEM COMPROVANTE DE ENDEREÇO
COM ISSO, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
PERDEM OPORTUNIDADES.**



QUEM SE IMPORTA?

PROJETO DE EXTENSÃO - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

PARA SABER MAIS, ENTRE EM CONTATO PELO EMAIL: EXTENSAOPOPURUA@UNINTER.COM

CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL

ESCOLA SUPERIOR DE
SAÚDE, BIOCÊNCIAS,
MEIO AMBIENTE E
HUMANIDADES


UNINTER
CENTRO
UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL

ANEXO III

**MUITAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA SE COBREM DE URINA OU FEZES.
ELAS FAZEM ISSO PARA EVITAR ATAQUES SEXUAIS.**



GFT

SABATINI FOTOGRAFIA

QUEM SE IMPORTA?

PROJETO DE EXTENSÃO - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

PARA SABER MAIS, ENTRE EM CONTATO PELO EMAIL: EXTENSAOPOPURUA@UNINTER.COM

CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL

ESCOLA SUPERIOR DE
SAÚDE, BIOCÊNCIAS,
MEIO AMBIENTE E
HUMANIDADES


UNINTER
CENTRO
UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL

ANEXO IV

QUEM SE IMPORTA?**PROJETO DE EXTENSÃO - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA****O QUE FAZER QUANDO...**

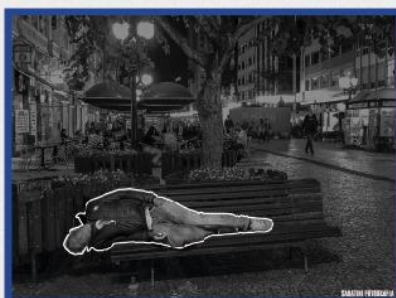
CRF

**PRECISAM DE ATENDIMENTO SOCIAL ESPECIALIZADO OU ABRIGO:**

ENTRE EM CONTATO COM O CREAS, CENTRO POP, DEPARTAMENTO OU SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SEU MUNICÍPIO.

NECESSIDADE DE ATENDIMENTO EM SAÚDE:

ACIONE O FONE 192, O SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO SEU MUNICÍPIO. OU BUSQUE ORIENTAÇÕES NA UNIDADE DE SAÚDE MAIS PRÓXIMA.

**SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA:**

DENUNCIE PELO DISQUE 100 OU LIQUE PARA A POLÍCIA MILITAR NO FONE 190.

CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

EVITE DOAR DINHEIRO PARA CRIANÇAS, QUANDO ESTÃO PEDINDO NAS RUAS. PROCURE O CONSELHO TUTELAR OU O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

**QUERO CONTRIBUIR PESSOALMENTE:**

PROCURE CONTRIBUIR COM GRUPOS ORGANIZADOS QUE ATUAM JUNTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E NA DEFESA DOS SEUS DIREITOS.

QUERO MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ATENDIMENTO NO MEU MUNICÍPIO:

VOCÊ PODE SOLICITAR ATENDIMENTOS PELO FONE 156, QUE COSTUMA SER UM CANAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, EM VÁRIOS MUNICÍPIOS.

MAIS INFORMAÇÕES E ACOMPANHAR A AGENDA DE CURSOS E EVENTOS SOBRE O PROJETO, ENTRE EM CONTATO PELO E-MAIL: EXTENSAOPOPRTUA@UNINTER.COM

CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL

ESCOLA SUPERIOR DE
SAÚDE, BIOCÊNCIAS,
MEIO AMBIENTE E
HUMANIDADES

UNINTER
CENTRO
UNIVERSITÁRIO
INTERNACIONAL